

RELATÓRIO E CONTAS DE 2022

Índice

I - RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	5
1.2. Introdução	7
1.3 Apresentação da Empresa	7
1.3.1 Constituição do capital social.....	8
1.3.2 Localização.....	8
1.3.3 Órgãos Estatutários	8
1.3.3.1 Assembleia Geral.....	8
1.3.3.2 Conselho de Administração.....	9
1.3.3.3 Conselho Fiscal.....	9
1.3.4 Missão, Visão e Valores.....	9
1.3.5 Organograma.....	10
1.4 Contextualização económica	10
1.4.1 Conjuntura económica global	10
1.5. Situação do Sector Gráfico	13
1.6. Síntese das actividades.....	14
1.6.1. Produção de Boletim da República	14
1.6.2. Produção de material diverso	15
1.6.3. Promoção e Venda de Produtos e Serviços	16
1.6.4 Actividade de investimento	17
1.6.5. Aquisição do equipamento informático e gráfico	17
1.6.6. Criação de condições de trabalho.....	17
1.6.7. Manutenção e reparação do edifício.....	18
1.6.8. Recursos Humanos.....	18
1.6.8.1. Distribuição dos trabalhadores	18
<i>i. Distribuição dos trabalhadores por sexo</i>	18
1.6.7.2. Gestão de pessoal.....	22
1.6.7.2.1 Promoção por Mérito.....	22
1.6.7.2.2 Formação	22
1.6.7.2.3 Cessação da relação jurídico-laboral	22
1.6.8. Aplicação financeira.....	23

1.7 Análise dos resultados e situação económico-financeira.....	23
1.7.1. Vendas Bens e Serviços	23
i. Volume de Negócios (Turnover)	23
1.7.2 Gastos com Pessoal	25
1.7.3 Fornecimentos e Serviços de Terceiros.....	25
1.7.4 Resultados	25
1.7.5. Análise Económico-Financeira	25
Perspectivas.....	28
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
Balanço em 31 de Dezembro de 2022.....	30
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2022	31
Demonstração de Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2022	32
Demonstração das Variações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2022.....	33
2. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	35
III. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS	63
3.1. Declaração do Técnico de Contas	64
3.2. Relatórios de Auditoria	65
3.3. Parecer do Conselho Fiscal	66
3.4. Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal	67
IV. ANEXOS	68
4.1 Balancetes.....	69
4.1.1 Balancete Inicial em Janeiro de 2022	70
4.1.2 Balancete Acumulado em Dezembro de 2022	71
4.1.3 Balancete Acumulado em Regularizações 2022	72
4.1.4 Balancete Acumulado em Apuramento 2022.....	73
4.1.5 Balancete Acumulado em Final 2022.....	74
4.1.6 Mapa de Amortizações e reintegrações	75

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

É com satisfação que o Conselho de Administração apresenta as principais realizações e o resultado económico e financeiro da Imprensa Nacional de Moçambique, EP referente ao exercício económico de 2022.

O exercício económico de 2022 foi marcado pelos aumentos das taxas de juros directoras por parte dos principais bancos centrais, por outro, cujos efeitos negativos reflectiram-se um pouco por todo o mundo, e aos quais Moçambique, no geral, e a Imprensa Nacional de Moçambique, EP, em particular, não ficou imune.

Com efeito, decorrente dos eventos supracitados, no decurso do exercício económico em referência assistiu-se a um acréscimo dos preços das principais matérias-primas usadas no processo produtivo da Imprensa Nacional de Moçambique, EP.

Outrossim, verificaram-se constrangimentos de diversa ordem nos processos de aquisição de peças e acessórios, necessários para a manutenção do equipamento gráfico.

No entanto, no decurso do exercício económico de 2022, várias foram as acções desenvolvidas pelo Conselho de Administração, com destaque para o início do Projecto de Requalificação da Gráfica da Imprensa Nacional de Moçambique, EP, no âmbito do qual foram identificados e contactados potenciais fornecedores de equipamento gráfico e de matéria-prima.

Ainda no decurso do exercício económico de 2022, o Conselho de Administração desenvolveu as suas actividades de gestão corrente previstas no Plano de Actividade de 2022, no âmbito das quais prosseguiu com a modernização e informatização da gestão produtiva, financeira, patrimonial e comercial, sendo de destacar neste domínio a aquisição equipamento informático e de mobiliário administrativo.

A celebração do Contrato-Programa com o Governo, a aquisição de equipamento gráfico moderno, o funcionamento pleno do Sistema de Gestão Integrada e a submissão à aprovação da Proposta de Lei das Publicações Oficiais, instrumento que definirá o regime jurídico do *Boletim da República*, constituem alguns dos grandes desafios da Imprensa Nacional de Moçambique, EP para o exercício económico de 2023, e para os quais contamos com o empenho, dedicação e trabalho árduo de todos os trabalhadores da empresa.

Por último, deixo uma palavra de reconhecimento, apreço e elogio aos referidos trabalhadores que ao longo do ano de 2022 tornaram diariamente possível os resultados que publicamos neste Relatório.

Muito Obrigado

Dinis Vilanculo

Presidente do Conselho de Administração

1.2. Introdução

A Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. (INM, E.P.) é uma empresa que opera no ramo gráfico, criada pelo Decreto n.º 84/2009, de 29 de Dezembro, e busca expandir os serviços gráficos no âmbito nacional.

Dentre as várias obrigações que se impõe à empresa, está a de apresentar o Relatório e Contas do exercício económico findo.

Neste contexto, apresenta-se o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, o qual acha-se estruturado em quatro partes, a saber:

A primeira parte do relatório debruça-se sobre a exposição da empresa perante o mercado e a evolução dos negócios, desempenho e a descrição dos principais riscos internos e externos e incertezas que influenciam directamente na actividade da empresa.

A segunda parte apresenta o desempenho económico e a posição financeira e todo o conjunto completo das demonstrações financeiras e o cumprimento das políticas contabilísticas e estimativas vigentes que influenciam na materialidade das demonstrações financeiras apresentadas.

A terceira parte apresenta um conjunto de documentos que por lei são necessários para o cumprimento das obrigações declarativas, de natureza fiscal e comercial que é composto por: Declaração do Técnico de Contas, Relatórios de Auditoria, Parecer do Conselho Fiscal, Acta da Assembleia Geral, Modelos discriminativos de impostos e seus respectivos anexos.

Por último, a quarta parte apresenta um conjunto de anexos, atinentes a reconciliações das operações realizadas durante o exercício económico de 2022.

1.3 Apresentação da Empresa

A Imprensa Nacional de Moçambique, hoje empresa pública, foi criada a 13 de Maio de 1854, cujo objectivo era dotar a então Província Ultramarina de Moçambique de um *Boletim Oficial* onde o Governador, a quem a imprensa se subordinava, mandasse publicar assuntos de interesse do Estado colonial Português.

Em 2009, pelo Decreto n.º 84/2009, de 29 de Dezembro, a Imprensa Nacional de Moçambique foi transformada em Empresa Pública, dotada de personalidade jurídica,

autonomia administrativa e financeira e patrimonial, exercendo a sua actividade na tutela sectorial do Ministro que superintende a área da Justiça.

Constitui objecto da INM, E.P. a edição do *Boletim da República* e separatas de legislação, impressão de trabalhos de natureza confidencial e impressos destinados à escrituração e contabilização de valores, quer de receitas quer de despesas e o exercício de trabalhos gráficos em regime de exploração industrial, em especial os destinados às instituições do Estado ou outras que os solicitem.

1.3.1 Constituição do capital social

O capital estatutário da INM, E.P., é de 25.000.000,00MT (Vinte e Cinco Milhões de Meticais), integralmente realizado em bens e em numerário.

1.3.2 Localização

A Sede da INM, E.P., localiza-se na Rua da Imprensa, n.º 283 – na cidade de Maputo, Número Único de Identificação Tributária: 500 000 872, Tel.: 21427021/2, Fax: 21324858. À luz do disposto no n.º 2 do artigo 2, do Decreto 30/2015, de 30 de Dezembro, possui Delegações na Província de Cabo-Delgado, Rua Gerónimo Romero-Cidade - Baixa; na Província da Zambézia, Rua 07 de Setembro n.º 1528 e na Província de Sofala, Rua Coreia de Brito - Baixa, n.º 1903.

1.3.3 Órgãos Estatutários

De acordo com o n.º 1, do artigo 10 da Lei n.º 3/2018, de 19 de Julho, os Órgãos Estatutários da INM, E.P. são compostos por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e comissões especializadas.

1.3.3.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral da INM, E.P. é constituída pelo IGEPE – Instituto de Gestão das Participações do Estado, na qualidade de órgão deliberativo das empresas do Sector Empresarial do Estado e o representante do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religioso, na qualidade de superintendente do sector de actividade que integra o objecto.

1.3.3.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração da INM, E.P. é composto por 3 membros:

Presidente do Conselho de Administração.....**Dinis Chambiiane Vilanculo**
 Administradora do PCFRH.....**Abílio Feliciano Sigáúque**
 Administrador do Pelouro de Produção.....**Saela Pernica**

1.3.3.3 Conselho Fiscal

A fiscalização da actividade da INM, E.P., é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros, sendo um Presidente e dois vogais:

Presidente do Conselho Fiscal.....**Julião Felisberto Langa**
 Vogal.....**José Joãozinho Bandeira**
 Vogal.....**Délio Marques da Cruz Ofinar**

1.3.4 Missão, Visão e Valores

1.3.4.1 Missão

Produzir e comercializar bens e serviços gráficos com qualidade e a custos competitivos, satisfazendo as necessidades do Estado e dos demais clientes.

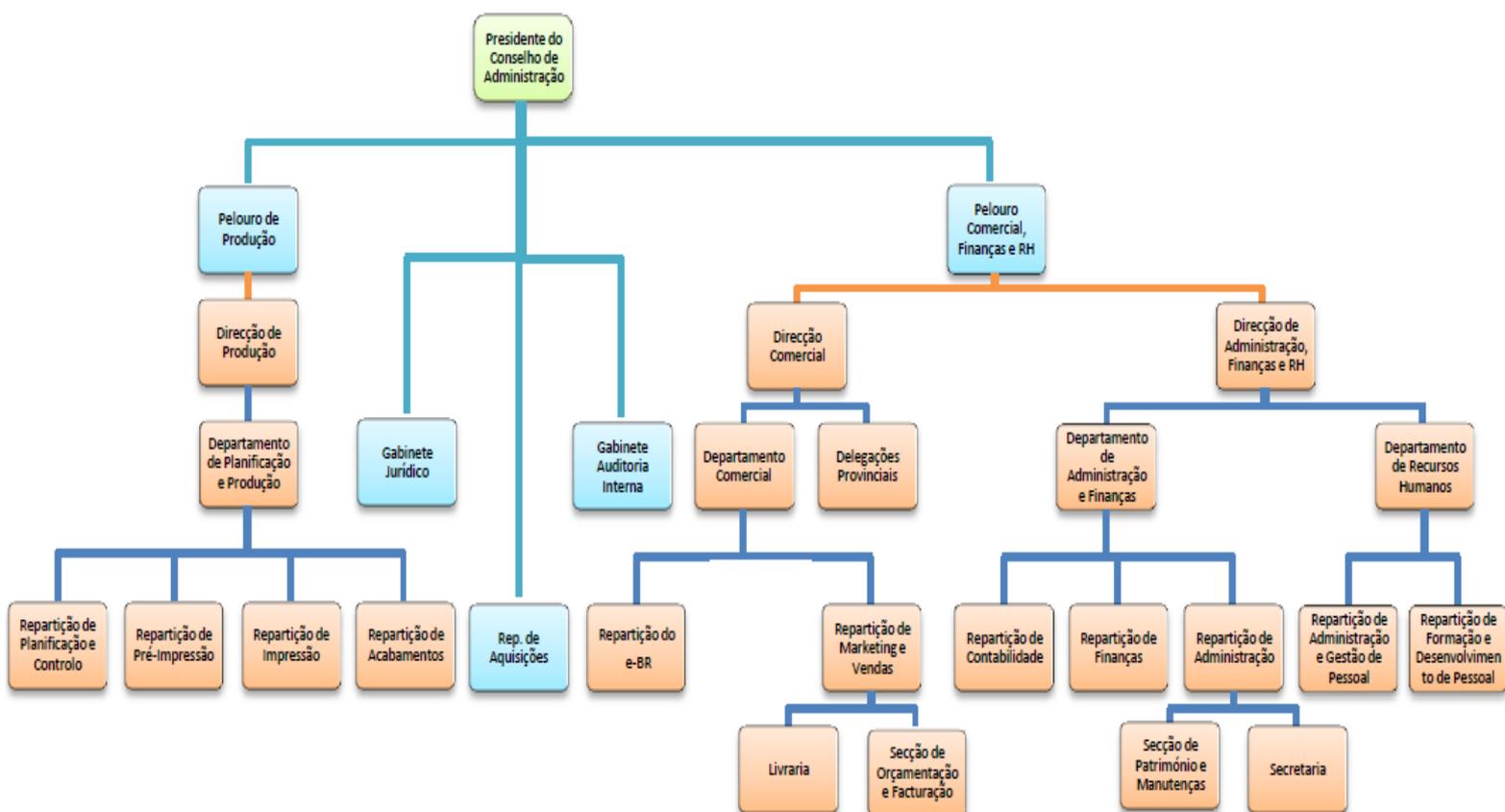
1.3.4.2 Visão

Ser líder na indústria gráfica, garantindo a edição e publicação do Boletim da República e outras publicações com excelência.

1.3.4.3 Valores

- Responsabilidade;
- Orientação para o cliente;
- Ética Profissional;
- Integridade;
- Eficiência;
- Eficácia;
- Espírito de Equipa;
- Orientação para mudanças;
- Desenvolvimento.

1.3.5 Organograma



1.4 Contextualização económica

1.4.1 Conjuntura económica global

No contexto externo mantêm-se as incertezas decorrente da instabilidade geopolítica, e acrescem os riscos de recessão económica global.

Consolidam-se as perspectivas de abrandamento do crescimento económico mundial para 2022 e 2023 devido a referida instabilidade geopolítica e ao aumento das taxas de juro por parte dos bancos centrais, para fazer face às pressões inflacionárias prevalecentes.

Os receios de enfraquecimento da economia norte-americana conduzem ao enfraquecimento do Dólar norte americano perante as principais moedas. Enquanto isso, os preços das commodities continuam elevados, não obstante os sinais de estabilização.

No III trimestre de 2022, observou-se um desempenho misto da actividade económica nos principais parceiros do país.

Dados recentes indicam que o produto interno bruto (PIB) dos Estados Unidos da América (EUA) cresceu em 1,8% no III trimestre de 2022, mesma cifra do trimestre anterior, reflectindo o aumento das exportações e do consumo privado.

Na Zona Euro o crescimento abrandou, como corolário da crise energética que continua a afectar a região.

Consolidam-se as perspectivas de abrandamento da economia global para 2023.

Em Outubro de 2022, o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve as perspectivas de crescimento da economia mundial para 2022 e reviu em baixa para 2023. A revisão em baixa é justificada (i) pelos efeitos da instabilidade geopolítica e (ii) pelos aumentos das taxas de juros directoras por parte dos principais bancos centrais, num cenário em que os preços se mantêm em níveis elevados

Do mesmo modo, a Global Projection Model Network (GPMN) atesta as perspectivas do FMI, de um prolongamento do abrandamento da economia global em 2022 e 2023.

Para as economias avançadas, as previsões macroeconómicas dos dois organismos convergem para um crescimento quase nulo em 2023, agravando-se, deste modo, o risco de uma possível recessão global.

Em Outubro de 2022, a inflação desacelerou na maioria dos principais parceiros comerciais do país, apesar de se situar ainda em níveis elevados. Com efeito, nos EUA, na China e na Índia a inflação anual abrandou devido ao refreamento do preço dos bens alimentares. Em sentido inverso, na Zona Euro e na África do Sul a inflação anual acelerou devido ao aumento do preço de energia eléctrica e de alimentos, respectivamente

As perspectivas de inflação de curto e médio prazo para os principais parceiros comerciais do país são mistas. As previsões do GPMN apontam para uma revisão em alta das estimativas de inflação para a Zona Euro e África do Sul, tanto para 2022, como para 2023, Porém, para os EUA e Índia, mantém-se a previsão de uma inflação relativamente mais baixa para o mesmo período, ainda assim, acima das metas estabelecidas para o longo prazo, antecipando-se assim a manutenção dos incrementos da taxa de juro de política

Para 2023, perspectiva-se a manutenção do ritmo de queda dos preços de bens alimentares e do brent no mercado internacional.

Conjuntura Económica Nacional

No III trimestre de 2022, o crescimento do produto interno bruto abrandou para 3,6%, a reflectir o fraco desempenho do sector secundário.

Para o médio prazo, antevê-se um ligeiro abrandamento da expansão da actividade económica, em face da potencial redução da procura externa e das condições financeiras restritivas, incluindo acrescidas dificuldades no acesso aos mercados financeiros internacionais.

A implementação dos projectos energéticos continuará a favorecer o crescimento económico.

Para o curto prazo, não obstante as perspectivas de abrandamento da economia mundial, prevê-se que a actividade económica doméstica continue a melhorar, justificada, entre outros factores, pela execução de projectos energéticos estruturantes no país e pelo impulso na procura agregada no contexto da retoma do apoio directo ao orçamento do Estado.

Em relação à inflação anual, perspectiva-se uma desaceleração no curto prazo, favorecida (i) pelo efeito base, (ii) pela estabilidade do Metical face ao USD e (iii) pelas condições financeiras restritivas.

A dívida pública interna mantém-se elevada. O endividamento público interno, excluindo os contratos de mútuo e de locação e as responsabilidades em mora, continua a aumentar

Em termos de componentes da procura agregada, destaca-se, para o bom desempenho do PIB influenciado por:

- i) O aumento assinalável das exportações, perante a manutenção em níveis elevados dos preços das principais mercadorias, verificada até Setembro.
- ii) A despesa pública contribuiu igualmente para o aumento da actividade económica até ao III trimestre
- iii) A despesa do sector privado, que mostra uma melhoria relativamente ao período homólogo de 2021.

Mantém-se a pressão sobre o endividamento interno. Em face da limitada disponibilidade de recursos financeiros por parte do Estado, num cenário de reduzidos desembolsos de recursos externos, mantém-se a pressão sobre os instrumentos de dívida interna

Em termos acumulados, a dívida pública interna do Estado incrementou, a reflectir, essencialmente, o aumento do financiamento por via de obrigações do Tesouro e emissão de bilhetes do Tesouro

No curto prazo, mantêm-se as perspectivas de recuperação da actividade económica. Espera-se que a execução de projectos energéticos estruturantes no país e o apoio directo ao orçamento no âmbito do programa com o FMI concorram para o crescimento do PIB.

Refira-se que, em Novembro de 2022, o país iniciou a exportação de gás natural liquefeito a partir da bacia do Rovuma.

As reservas internacionais do país continuam em níveis confortáveis. A posição externa do país, medida pelas reservas internacionais brutas, mantêm-se satisfatória, o suficiente para garantir a cobertura de mais de 3,5 meses de importações de bens e serviços, excluindo as importações dos grandes projectos

Para o médio prazo, consolida-se a perspectiva de retorno da inflação para um dígito, decorrente dos efeitos dos aumentos da taxa MIMO e da estabilidade do Metical, não obstante a prevalência de elevados riscos e incertezas.

Perspectiva-se, igualmente, um ligeiro abrandamento da expansão da actividade económica doméstica, em face da potencial redução da procura externa e das condições financeiras restritivas, incluindo acrescidas dificuldades no acesso aos mercados financeiros internacionais.

(Fonte: Informação do Banco de Moçambique – Conjuntura económica e Perspectivas de inflação)

1.5. Situação do Sector Gráfico

A área gráfica, onde a INM, E.P. opera, regista um crescimento acelerado, o que exige muito empenho para fazer face à grande concorrência. Embora a INM, E.P. tenha sido pioneira da área gráfica, perdeu parte significativa de quota no mercado, devido à grande expansão desta actividade, exigindo, deste modo, mais empenho nas acções de marketing e de investimento em equipamento moderno, o que constitui um grande desafio para a instituição.

1.6. Síntese das actividades

1.6.1. Produção de Boletim da República

Para o ano 2022 tinham sido planificados 253 números da I, II e III Séries, tendo sido produzidos 252 números, isto, devido à tolerância de ponto concedida no dia 15 de Abril. Foram produzidos ainda 56 números de Suplementos da I Série, tendo-se alcançado 99.6% de execução.

Tabela 1: Produção do *Boletim da República*

PRODUTO	PLANIFICADO	PRODUZIDO	PRODUZIDO %
I Série	253	252	99,6
II Série	253	252	99,6
III Série	253	252	99,6
Suplementos da I Série	0	56	-

No que se refere à natureza das matérias publicadas nas três séries do *Boletim da República*, a publicação de escrituras continua a representar o maior peso no conjunto da actividade das publicações, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 2: Publicações no *Boletim da República* por matéria

PRODUTO	NATUREZA DO ACTO	N.º DE PUBLICAÇÕES	
		2022	2021
I Série	Leis	29	6
	Decretos do Conselho de Ministros	68	101
	Decretos-Lei	3	2
	Decretos Presidenciais	28	17
	Despachos Presidenciais	99	72
	Diplomas Ministeriais	130	165
	Despachos do Primeiro-Ministro	6	5
	Resoluções da CNE	24	5
	Despachos Ministeriais/Secretaria do Estado	31	23
	Deliberações da CNE	6	1
	Despachos do Tribunal Supremo	8	4
	Deliberação do PGR	1	41
	Resoluções do Conselho de Ministros	49	70
	Deliberações da Assembleia da República	4	-
	Resoluções do CSMJ	2	1
	Acórdãos do Conselho Constitucional	2	6
	Deliberações do Ministério Público	4	2
	Comunicados da Assembleia da República	9	4
	Convocatórias da Assembleia da República	2	6
	Despachos da Assembleia da República	-	1
	Resoluções da Assembleia da República	19	18
	Acto CNE	1	-
	Deliberações da CNE	21	-

	Resoluções CIRAP	21	-
	Resoluções INC	1	-
	Despachos do STAE	1	-
	Resoluções do CSMMP	2	-
	Resoluções do Tribunal Supremo	4	-
	Avisos da Assembleia da República	1	-
	Deliberação ARA	3	-
	Despacho do Gabinete de Informação de Moçambique	1	-
	Avisos do Banco de Moçambique	5	10
	Despachos do Banco de Moçambique	2	3
	Rectificações	10	10
II Série	Despachos	2146	3.334
	Acórdãos	8	0
	Avisos	520	339
	Resoluções	29	21
	Deliberações	10	29
	Estatutos Orgânicos	4	1
	Regulamentos	1	-
III Série	Despachos de Associações e Fundações	887	162
	Despachos de Mudança de Nome	187	57
	Resoluções e Relatório e Contas	12	3
	Aviso – INNOQ	-	1
	Deliberações	2	1
	Avisos de Concessões Mineiras	83	36
	Escrituras	9738	2.407
	Alvarás e Outros	-	-

1.6.2. Produção de material diverso

No que se refere ao material diverso, durante o período em referência, a produção, cifrou-se no seguinte: Brochuras: 23 628; Cadernetas: 13 565; Impressos: 459 926; Encadernações: 780; Cartões de identificação: 1 256; Livros modelo: 4 124; Pastas de processo e de despacho: 5 848; e Blocos colados à cabeça: 24 098.

Tendo em atenção a meta planificada para o ano de 2022, a produção acima representa um grau de cumprimento em percentagem: Brochuras: 75% do planificado; Cadernetas: 45%; Impressos: 77%; Encadernações: 71%; Cartões de identificação: 105%; Livros e modelo: 275%; Pastas de processo e de despacho: 97%; e Blocos colados à cabeça: 241%.

Tabela 3: Produção de material diverso

PRODUTO	PLANIFICADO	PRODUZIDO	%	VARIAÇÃO ABSOLUTA
Brochuras	31 400	23 628	75%	(7 772)
Cadernetas	30 000	13 565	45%	(16 435)
Impressos	600 000	459 926	77%	(140 074)
Encadernações	1 100	780	71%	(320)
Cartões de identificação	1 200	1256	105%	56
Livros modelo	1 500	4124	275%	2 624
Pastas de processo e de despacho	6 000	5848	97%	(152)
Blocos colados à cabeça	10 000	24098	241%	14 098

De referir que relativamente a estes materiais, a sua produção depende substancialmente de encomendas de clientes, sendo, por isso, muito variável.

1.6.3. Promoção e Venda de Produtos e Serviços

As actividades de marketing e divulgação da imagem institucional, o sector efectuou um total de 19 exposições, designadamente, 8 na Sede, 5 na Delegação de Sofala e 6 na Delegação da Zambézia. Foram ainda realizadas 26 visitas institucionais, sendo 9 na Sede, 11 em Sofala, 2 na Zambézia e 4 em Cabo Delgado. Nesta rubrica, destaca-se a participação da INM, EP, na 57.ª Edição da FACIM, onde estiveram inseridas as Empresas Públicas e Participadas. No que concerne aos anúncios publicitários nos órgãos de informação, foram feitos 5 na Sede (1 na RM, 1 na TVM e 3 no Notícias), 1 em Sofala (Diário de Moçambique) e 2 em Cabo Delgado (RM delegação de Cabo Delgado).

Ainda no que concerne à produção do boletim da república foram celebrados 61 contratos de prestação de serviços.

Foram ainda criados dois produtos novos, designadamente, Colectânea de Legislação dos Funcionários e Agentes do Estado e a Legislação de Terra Actualizada.

Boletim Electrónico

Com o lançamento do Boletim da República Electrónico (*e-BR*), a 14 de Agosto de 2019, a INM, E.P. disponibiliza o Boletim da República de forma gratuita através da plataforma *e-BR* (*inm.gov.mz*) disponível na internet, tendo no ano de 2022, inserido nesta plataforma todo o BR da I, II e III Séries publicado ao longo do ano, isto é, do BR número 1 a 252 e foram cadastrados neste período, um total de 2250 novos usuários, perfazendo um total de 3750 da plataforma.

1.6.4 Actividade de investimento

A INM, E.P. tem estado a investir em equipamento gráfico dentro da sua capacidade financeira. A limitante financeira faz com que o investimento de grande vulto não se concretize, embora seja a prioridade da instituição. Vários esforços estão sendo empreendidos com vista a obter apoio financeiro para a concretização do plano de investimento

1.6.5. Aquisição do equipamento informático e gráfico

No que concerne à aquisição de equipamento informático e gráfico, foram adquiridos 16 Computadores Desktop dos quais 6 foram alocados à Repartição de Pré – Impressão, 2 à Repartição de Contabilidade, 2 à Repartição de Administração, 1 à manutenção informática, 1 ao Armazém de Matéria - Prima, 1 à Livraria, 1 ao Departamento Comercial, 1 ao Deposito do Produto Acabado e 1 à Repartição das Aquisições.

1.6.6. Criação de condições de trabalho

No âmbito do melhoramento das condições de trabalho e em cumprimento do plano de actividades, foram adquiridas 20 Cadeiras giratórias e 2 Secretarias que foram alocadas à Repartição de Impressão e de Acabamentos. Foram ainda adquiridos 2 aparelhos de Ar - condicionado para a Delegação Provincial de Cabo Delgado.

1.6.7. Manutenção e reparação do edifício

Relativamente à manutenção e reparação do edifício, foram fornecidos e montados no edifício – Sede, 18 janelas de madeira maciça. Foram elaborados projectos de construção da fossa séptica e de distribuição e estabilização da corrente eléctrica.

1.6.8. Recursos Humanos

A Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., encerrou o exercício económico, com referência a 31 de Dezembro de 2022, com 135 trabalhadores, distribuídos por sexo, por sector, por idade, pelo tempo de serviço, por nível académico e por local de trabalho. Além disso, foram tratadas matérias relativas à gestão de pessoal, tais como: absentismo, processos disciplinares, desenvolvimento do pessoal, mobilidade na carreira e nas funções de cargo de direcção, chefia e confiança e também de desvinculação jurídica laboral.

1.6.8.1. Distribuição dos trabalhadores

Conforme exposto na secção anterior, a distribuição dos trabalhadores é apresentada na Tabela 4, na qual pode se observar que de um total de 135 trabalhadores, 99 que corresponde a 73.53% são homens e 26.67% são mulheres.

i. Distribuição dos trabalhadores por sexo

Por sexo, conforme mostra a tabela 4, verifica-se que do total dos trabalhadores, 99 (73,35%) são homens e 36 (26,67%), mulheres; por vínculo jurídico, 3 (2,22%) são membros executivos do Conselho de Administração, incluindo o respectivo Presidente, 64 (47,41%) são funcionários de nomeação definitiva e 68 (50,37%) são contratados por tempo indeterminado.

Tabela 4. Distribuição dos trabalhadores por sexo.

LOCAL	HOMEMS	MULHERES	TOTAL	%
Membros Executivos do CA	2	1	3	2,22
Nomeação Definitiva	46	18	64	47,41
Contrato por tempo indeterminado	51	17	68	50,37
Total	99	36	135	100
%	73,33	26,67	100	

ii. Distribuição dos trabalhadores por sectores de afectação

Observando a tabela 5, verifica-se que estão afectos ao Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, 2 (1,48%) trabalhadores, nomeadamente, o Presidente do Conselho de Administração e a Secretária executiva.

Para o Pelouro de Produção, estão afectos 55 (40,74%) trabalhadores, sendo 41 homens e 14 mulheres enquanto para o Pelouro Comercial, Finanças e Recursos Humanos, estão 71 (52,59%) trabalhadores, dos quais 53 homens e 18 mulheres.

Os Gabinetes Jurídico e de Auditoria dispõem de um total de 4 trabalhadores, dos quais 3 homens e 1 mulher, o que corresponde a 2,94%.

Por último, 3 (2,20%) trabalhadores, 1 homem 2 mulheres, estão afectos à Repartição das Aquisições.

Tabela 5. Distribuição dos trabalhadores por sector de afectação

SECTORES	M	F	TOTAL	%
Gabinete do PCA	1	1	2	1,48
Pelouro de Produção	41	14	55	40,74
Pelouro CFRH	53	18	71	52,59
Gabinetes (Auditoria e Jurídico)	3	1	4	2,94
Repartição de Aquisições	1	2	3	2,20
Total	99	36	135	100,00
%	73,33	26,67	100	

iii. Distribuição dos trabalhadores por faixa etária

Pela distribuição dos trabalhadores por faixa etária, de acordo com a tabela 6, verifica-se que os trabalhadores com idades que variam entre 41 e 50 anos constituem o maior grupo com 44,44%, seguido pelo grupo de trabalhadores com idades que variam entre 31 e 40, com 35,56%. Portanto, os trabalhadores cujas idades situam-se nestes dois grupos representam 80% do total dos trabalhadores abrangidos nos 5 grupos etários.

Tabela 6. Distribuição dos trabalhadores por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	M	F	TOTAL	%
20-30	2	2	4	2,96
31-40	35	13	48	35,56
41-50	47	13	60	44,44
51-60	14	7	21	15,56
61+	1	1	2	1,48
Total	99	36	135	100,00

iv. Distribuição dos trabalhadores pelo tempo de serviço

Pelo tempo de serviço prestado na INM,E.P., os trabalhadores distribuem-se, de acordo com a tabela 7, a qual dispõe de 7 classes, de intervalo de 4 anos, com a exceção da primeira. Na referida tabela, verifica-se que o maior grupo, com 35 trabalhadores, está compreendido no intervalo entre 11 e 15 anos de serviço. Além disso, 60% dos trabalhadores têm até 15 anos de tempo de serviço.

Tabela 7. Distribuição dos trabalhadores pelo tempo de serviço

TEMPO DE SERVIÇO	M	F	TOTAL	%
5 ≤	11	6	17	12,59
6-10	24	5	29	21,48
11-15	26	9	35	25,93
16-20	20	4	24	17,78
21-25	10	4	14	10,37
26-30	6	1	7	5,19
31-35	2	7	9	6,67
Total	99	36	135	100,00

v. Distribuição dos trabalhadores por nível acadêmico

Pelo nível acadêmico, a empresa dispõe de 5 trabalhadores com o grau acadêmico de mestre e 33 com o de licenciatura. Dispõe ainda de 22 trabalhadores com nível médio profissional, 38 com a 12.^a Classe, 13 com a 10.^a Classe, 3 com o ensino básico técnico e 23 com o ensino primário (EP 1 e EP2). Assim, os trabalhadores com o nível superior, perfazem 38 (28,14%).

Tabela 8. Distribuição dos trabalhadores por nível académico

NÍVEL ACADÉMICO	M	F	TOTAL	%
Mestrado	4	1	5	3,70
Licenciatura	21	12	33	24,44
Médio Profissional	16	6	22	16,30
12ª Classe	25	13	38	28,15
10ª Classe	13	0	13	9,63
Básico Técnico	3	0	3	2,22
EP2	10	3	13	9,63
EP1	7	1	8	5,93
Total	99	36	135	100,00

vi. Distribuição dos trabalhadores pelo País

Pela distribuição dos trabalhadores pelo País, em função da localização geográfica das instalações por onde opera a empresa, conforme mostra a tabela 9, verifica-se que na Sede da empresa, localizada na região Sul, Cidade de Maputo, estão afectos 117 (86,67%) trabalhadores. Às Delegações Provinciais localizadas na região Centro, designadamente, Sofala e Zambézia, estão afectos 6 em cada uma delas, perfazendo um total de 12 (8,82%)

Por último, à Delegação Provincial de Cabo Delgado, localizada na região Norte, estão afectos 6 (4,44%) trabalhadores, respectivamente.

Tabela 9. Distribuição dos trabalhadores pelo País

LOCAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Sede (Cidade de Maputo)	86	31	117	86,67
Delegação Provincial de Sofala	3	3	6	4,44
Delegação Provincial de Zambézia	5	1	6	4,44
Delegação Provincial de Cabo Delgado	5	1	6	4,44
Total	99	36	135	100,00

1.6.7.2. Gestão de pessoal

Desenvolvimento do pessoal

Corporizando a cultura de melhoria contínua, inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos das competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da INM, E.P. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de gestão dos recursos humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a respectiva qualidade, eficácia e adequação. São igualmente dinamizadas acções de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e a consolidação de valores de partilha e de trabalho, bem como de desenvolvimento alinhado e conjunto. Ao longo do período em análise, decorreram 3 formações nomeadamente plano de negócios, primeiros socorros e combate a incêndios e procurement, com 10, 17 e 3 trabalhadores, respectivamente.

1.6.7.2.1 Promoção por Mérito

Foram promovidos por mérito, por terem obtido a média de avaliação de desempenho dos últimos dois anos de muito bom ou excelente, 32 trabalhadores em diversas categorias.

1.6.7.2.2 Formação

Relativamente à formação, foram realizadas duas formações, nomeadamente, Gestão Estratégica de Recursos Humanos, onde participaram 8 do total previsto no plano de actividades e Primeiros Socorros, Combate a Incêndios e Evacuação, onde participaram 22 trabalhadores do total de 27 previstos.

1.6.7.2.3 Cessação da relação jurídico-laboral

Relativamente à cessação da relação jurídico-laboral, 1 trabalhador desligou-se dos serviços para efeitos de aposentação por tempo de serviço.

Tabela 15. Cessação da relação jurídico-laboral

MOTIVOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Desligamento / efeitos de aposentação	1	0	1
Total	1	0	1

1.6.8. Aplicação financeira

A Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. aplicou os seus excedentes de tesouraria de forma a torná-los rentáveis, tendo efectuado depósitos a prazo no Banco Millennium BIM em função da melhor oferta de taxas de juros. Neste sentido, as aplicações feitas em 2022 produziram juros líquidos no montante de 3.843.325,13MT

1.7 Análise dos resultados e situação económico-financeira**1.7.1. Vendas Bens e Serviços**

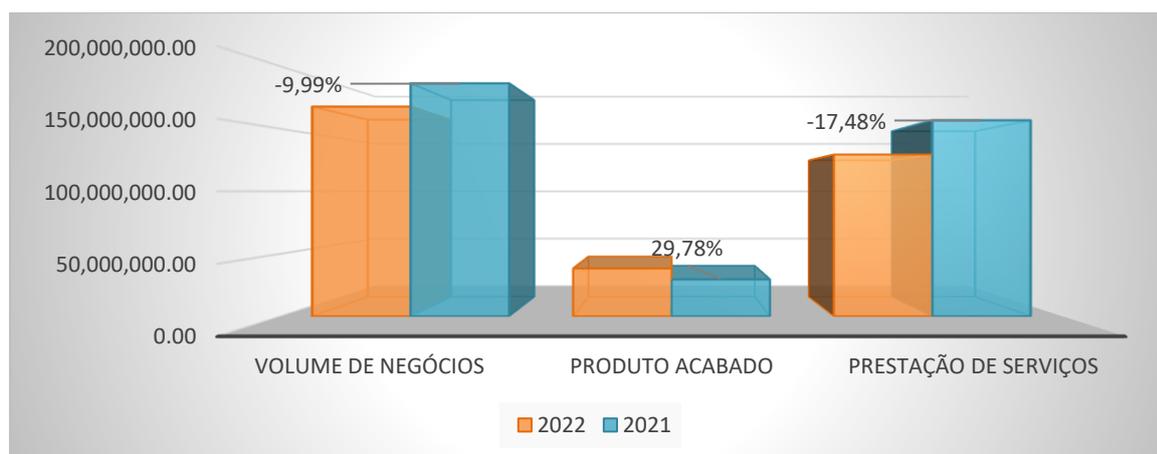
O total de vendas é composto por vendas de bens e serviços principais ``Volume de Negócios ou Turnover`` e de vendas de bens e serviços acessórios, que não se enquadram na actividade principal da entidade.

i. Volume de Negócios (Turnover)

Volume de Negócios (*Turnover*) é o valor dos bens e serviços vendidos pela Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., no âmbito da sua actividade principal, durante um determinado período.

Tabela 16. Volume de Negócios

	2022	2021
VOLUME DE NEGÓCIOS	168 939 667,06	186 311 440,17
PRODUTO ACABADO	39 567 408,96	29 537 565,63
• <i>BR - I Série</i>	942 512,15	1 918 038,44
• <i>BR - II Série</i>	443 419,88	299 762,26
• <i>BR - III Série</i>	663 913,79	557 009,73
• <i>Brochuras</i>	3 802 589,50	8 116 704,12
• <i>Livros</i>	1 092 747,41	2 333 553,86
• <i>Impressos</i>	30 315 774,77	5 531 040,58
• <i>CD's</i>	968,00	-
• <i>Cadernetas</i>	940 681,00	4 954 585,72
• <i>Outros</i>	130 382,52	5 826 870,92
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	129 363 258,49	156 773 874,54
• <i>Publicação - I Série</i>	30 484 139,61	28 855 251,86
• <i>Publicação - II Série</i>	16 383 273,88	35 760 815,16
• <i>Publicação - III Série</i>	80 506 593,93	89 215 635,71
• <i>Encadernação</i>	1 660 530,09	1 710 930,92
• <i>Boletim electrónico</i>	-	104 738,46
• <i>Cópias-Boletim da República</i>	328 720,98	170 735,87
• <i>Outros</i>	-	955 766,56

Gráfico 1. Volume de Negócios

Conforme se pode atestar na tabela acima, o volume de negócios decresceu em 18.615.192,66MT, correspondendo a uma redução de 9,99% em relação ao ano anterior.

Observou-se uma redução na rubrica de Prestação de Serviços, a principal fonte de receita da INM, E.P., motivada pela fraca procura por parte dos clientes e atrasos no tempo de resposta ao cliente na prestação destes serviços por causa de obsolescência do equipamento de produção ora em utilização na INM, E.P.

A rubrica Prestação de Serviços observou uma redução em 27.410.616,05MT o que corresponde a 17,48%, quando comparados ao verificado no ano anterior e, por sua vez, a venda de Produto Acabado observou um aumento de 8.795.423,39MT, como resultado de contratos celebrados, com principal enfoque a Autoridade Tributaria de Moçambique para o produção de diversos impressos.

i. Venda de Mercadorias

Integram esta rubrica, os livros e obras adquiridos nas principais editoras da praça, no âmbito de estratégia de diversificação dos produtos disponibilizados aos clientes da INM, E.P. e maximização de receitas. Esta rubrica registou 1.243.419,94MT o que em comparação com os 2.296.829,28MT do ano anterior, representando uma redução de 45,86%. Esta redução deveu-se a fraca procura de clientes por estes produtos.

Tabela 17. Venda de Mercadoria

<i>Mercadoria</i>	2022		2021	
	Custo de Aquisição	Valor de Venda	Custo de Aquisição	Valor de Venda
	956,476.88	1,243,419.94	1,766,791.75	2,296,829.28
<i>Produtos da Plural Editores</i>	621,410.77	807,834.00	1,119,766.35	1,455,696.25
<i>Produtos da Livros & Etc</i>	335,066.11	435,585.94	647,025.41	841,133.03

1.7.2 Gastos com Pessoal

Os gastos com o pessoal atingiram 104.543.156,53MT, valor que, em relação aos 102.123.172,76MT de 2021, incorpora um ligeiro aumento de 2,37%.

1.7.3 Fornecimentos e Serviços de Terceiros

A rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros ascendeu aos 39.328.418,00MT. Compõem esta rubrica os custos associados à manutenção e reparação do equipamento gráfico, criação de melhores condições de trabalho, reabilitação e apetrechamento das instalações da INM, E.P.

.

1.7.4 Resultados

i. Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais reflectem os ganhos ou as perdas resultantes da actividade principal da empresa. Eles representam a capacidade do negócio principal da empresa para gerar excedentes.

Para o exercício económico de 2022, o Resultado Operacional foi de (4.906.643,00MT), que quando comparado com 9.690.798,00MT de 2021, conheceu um decréscimo de 14.597.440,00MT em consequência da fraca procura dos serviços da INM,EP.

ii. Resultados Financeiros

Decorrente das aplicações a prazo, a rubrica de Ganhos Financeiros afectou os resultados de 2022 positivamente em 2.670.435,00MT.

iii. Resultado Líquido

O resultado líquido do exercício económico 2022 foi negativo em (3,679,994MT) contra 6.353.255,00MT positivos, do ano anterior.

1.7.5. Análise Económico-Financeira

i. rácios de Liquidez

Medem a capacidade da empresa de honrar as suas obrigações de curto prazo, comparando o activo circulante com passivo circulante.

Tabela. 19 Rácios de Liquidez

RÁCIO	DESCRIÇÃO	2022	2021
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	2.11	1.79
Liquidez Reduzida	(Activo Circulante - Existências) / Passivo Circulante	1.88	1.67
Liquidez Imediata	(Disponibilidades + Títulos negociáveis) / Passivo Circulante	1.37	1.44

De 2021 a 2022, a liquidez geral reduziu em 0.17, ainda assim o valor de 1.62 significa que a Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., dispunha de recursos de exploração suficientes para fazer face a todas as obrigações de curto prazo, isto é, o activo circulante cobriu na totalidade o passivo circulante.

ii. Rácios de Financiamento

Medem o nível de utilização da dívida no financiamento da aquisição do activo da empresa.

Tabela. 20 Rácios de Financiamento

RÁCIO	DESCRIÇÃO	2022	2021
Endividamento	Passivo / Capitais Totais	0.25	0.37
Solvabilidade	Capital Próprio / Total Passivo	1.99	1.71
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Total Activo Líquido	0.68	0.63

Endividamento

Apura a extensão com que a empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas actividades.

O Rácio de Endividamento do exercício 2022 apresenta um acréscimo comparativamente ao do exercício 2021, o que significa que a Imprensa Nacional de Moçambique E.P. aumentou a utilização de capitais alheios no financiamento das suas actividades.

Solvabilidade

O Rácio de Solvabilidade avalia a capacidade da empresa em gerar fundos ou recursos a longo prazo, para honrar os seus compromissos de longo prazo.

O Rácio de Solvabilidade, mostra-se favorável ao longo do período 2021 – 2022, o que significa que a Imprensa Nacional de Moçambique E.P., teve capacidade de gerar fundos ou recursos a longo prazo, para honrar as suas obrigações de longo prazo.

Autonomia Financeira

O Rácio de Autonomia Financeira indica em que medida o activo total da empresa é financiado ou coberto pelos capitais próprios.

Ao longo do período 2021 – 2022, a Imprensa Nacional de Moçambique E.P., apresenta uma autonomia financeira favorável, na medida em que os capitais próprios cobrem o total do activo em mais de 50%.

iii. Rácios de Rendibilidade

Medem o nível de rendibilidade da empresa.

Tabela. 21 Rácios de Rendibilidade

RÁCIO	DESCRIÇÃO	2022	2021
Rendibilidade de Capitais Próprios	Resultado Líquido / Capitais Próprios	(2.31%)	3.99%
Rendibilidade Líquida das Vendas	Resultado Líquido / Vendas	(2.18%)	3.39%
Rendibilidade do Activo	Resultado Operacional / Total Activo Líquido	(2.08%)	3.84%

Rentabilidade dos Capitais Próprios

O Rácio de Rentabilidade dos Capitais Próprios indica a capacidade da empresa em gerar resultados com recurso a fundos próprios ou investimentos com fundos próprios.

Para o exercício em análise, a rentabilidade dos capitais próprios é negativa em consequência do resultado líquido do período que é negativo. Assim, a INM, E.P. deve melhorar a gestão dos seus capitais próprios levando a cabo acções que visem aumentar o seu volume de vendas e dessa forma puder remunerar os capitais investidos.

Rentabilidade Líquida das Vendas

Indica a capacidade da empresa em gerar resultados com recurso a vendas.

Este indicador apresenta-se negativo devido ao resultado líquido do exercício que é negativo. Deste modo, a INM, E.P. deve intensificar acções de marketing dos seus bens e serviços por forma a aumentar o volume de vendas e dessa forma, puder cobrir os seus custos de exploração e gerar excedentes.

Rentabilidade do Activo

Indica a capacidade da empresa em gerar resultados com recurso aos activos.

Para o presente exercício, a rentabilidade do activo foi negativa, influenciada pelo resultado operacional que foi negativo e por conseguinte, a INM, E.P. deve melhorar o seu desempenho nas suas actividades de exploração.

De modo geral, no exercício 2022, a rentabilidade da Imprensa Nacional de Moçambique E.P mostra-se negativa, em consequência do resultado líquido negativo do exercício.

Perspectivas

A INM, E.P. pretende consolidar a sua posição no mercado, tornando-se líder na área gráfica, mas para o efeito, vários esforços devem ser empreendidos para fazer face à grande concorrência nesta área. A instituição, na indústria gráfica, já figurou no topo, no entanto, pretende resgatar essa posição que foi perdida a favor dos concorrentes. Assim, várias acções estão sendo levadas a cabo com vista a alcançar a maior quota no mercado gráfico nacional. O foco da INM, E.P. é a eficiência e eficácia, que se traduz em diminuir o tempo de espera dos clientes no fornecimento de bens e serviços mas com a qualidade desejada.

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de Dezembro de 2022



IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

BALANÇO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em Meticais)

Descrição	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Activos			
Activos não correntes			
Activos tangíveis	2.5	106,437,472	119,812,233
Activos intangíveis	2.6	5,054,540	7,140,650
		111,492,013	126,952,883
Activos correntes			
Inventários	2.7	13,763,903	8,247,269
Clientes	2.8	14,646,708	5,425,774
Outros activos financeiros	2.9	8,725,551	9,000,634
Outros activos correntes	2.10	6,559,365	2,110,346
Caixa e equivalentes de caixa	2.11	80,414,649	100,706,877
Total de activos correntes		124,110,176	125,490,901
Total dos activos		235,602,188	252,443,783
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital próprio			
Capital social	2.12	25,000,000	25,000,000
Reservas		6,455,964	6,138,301
Excedentes de revalorização de activos		45,175,621	49,111,855
Resultados transitados		82,638,560	72,666,733
Resultado líquido do período		(3,679,994)	6,353,255
Total do capital próprio		155,590,150	159,270,144
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos	2.23	21,259,116	23,111,461
Passivos correntes			
Fornecedores	2.13	1,487,539	745,596
Outros passivos financeiros	2.14	46,500,998	40,459,875
Imposto a pagar	2.23	-	1,215,041
Outros passivos correntes	2.15	10,764,385	27,641,666
Total dos passivos		80,012,038	93,173,639
Total do capital próprio e dos passivos		235,602,188	252,443,783

O Técnico de Contas

(Vasconcelo Nguenha)

A Administração

(Abílio Feliciano Sigaúque)

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2022



IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em Meticais)

Descrição	Notas	2022	2021
Vendas de bens	2.16	39,576,409	31,834,395
Prestação de serviços	2.17	129,363,258	155,818,108
Total de vendas de bens e serviços		168,939,667	187,652,503
Custo de inventários vendidos ou consumidos	2.18	(12,796,728)	(19,695,050)
Gastos com pessoal	2.19	(104,543,157)	(102,123,173)
Fornecimentos e serviços de terceiros	2.20	(39,328,418)	(35,838,435)
Amortizações do período	2.5 e 2.6	(18,988,941)	(17,983,832)
Imparidade de contas a receber	2.8	(680,127)	(2,509,293)
Reversões do período	2.8	2,131,161	-
Outros rendimentos e custos operacionais	2.21	359,899	188,077
Custo operacional		(173,846,310)	(177,961,705)
Resultado operacional		(4,906,643)	9,690,798
Ganhos financeiros		3,843,744	2,485,971
Custos financeiros		(1,173,309)	(1,049,589)
Resultado financeiro	2.22	2,670,435	1,436,381
Resultado antes de impostos		(2,236,208)	11,127,179
Imposto sobre o rendimento	2.23	(1,443,786)	(4,773,924)
Resultado líquido do período		(3,679,994)	6,353,255

O Técnico de Contas

A Administração

(Vasconcelo Nguenha)

(Abílio Feliciano Sigaúque)

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2022



IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Montantes expressos em Meticais)

Descrição	Notas	<i>Método Indirecto</i>	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		(3,679,994)	6,353,255
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Amortizações do exercício	2.5 e 2.6	18,988,941	17,983,832
Juros e similares		3,843,325	1,680,491
Redução de inventários	2.7	(5,516,633)	2,485,961
Redução de clientes e outras contas a receber	2.22	(9,220,934)	3,130,384
Redução de outros activos correntes	2.9 e 2.10	4,724,102	(6,442,941)
Aumento de fornecedores	2.13	741,943	461,050
Aumento de outros credores e contas a pagar		2,973,736	(2,047,030)
Redução de outros passivos correntes	2.15	(29,018,871)	(9,182,412)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		(16,164,385)	14,422,590
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de activos tangíveis	2.5	(4,127,843)	(2,270,015)
Aquisição de activos intangíveis	2.6	-	(7,873,870)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(4,127,843)	(10,143,885)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(20,292,228)	4,278,705
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		100,706,877	96,428,172
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		80,414,649	100,706,877

O Técnico de Contas

A Administração

 (Vasconcelo Nguenha)

 (Abílio Feliciano Sigáúque)

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração das Variações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2022



IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em Meticais)

Descrição	Capital social	Reservas legais	Outras reservas	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Acumulados	Total dos Capitais Próprios
Saldo a 01 de Janeiro de 2021	25,000,000	4,519,497	1,581,882	53,048,090	68,767,420	152,916,890
Aplicação de resultados	-	36,922	-	-	(36,922)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	6,353,255	6,353,255
Realização do excedente de Revalorização (i)	-	-	-	(5,788,581)	5,788,581	-
Imposto diferido sobre o excedente de revalorização	-	-	-	1,852,346	(1,852,346)	-
Saldo a 31 de Dezembro 2021	25,000,000	4,556,419	1,581,882	49,111,855	79,019,988	159,270,144
Aplicação de resultados (ii)	-	317,663	-	-	(317,663)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(3,679,994)	(3,679,994)
Realização de excedente de revalorização (iii)	-	-	-	(5,788,581)	5,788,581	-
Imposto diferido s/excedente de revalorização	-	-	-	1,852,345.80	(1,852,346)	-
Saldo a 31 de Dezembro 2022	25,000,000	4,874,082	1,581,882	45,175,621	82,638,560	155,590,150

O Técnico de Contas

A Administração

(Vasconcelo Nguenha)

(Abílio Feliciano Sigaúque)

(i) No início do exercício económico de 2020, o INM, E.P., procedeu a avaliação de um conjunto de activos tangíveis, nomeadamente, edifícios/imóveis e equipamento mecânico (equipamento fabril). De acordo com os pressupostos e condicionantes utilizados, atribuiu-se aos activos tangíveis, nomeadamente, edifícios/Imóveis e equipamento mecânico, tal como se encontravam à data da reavaliação, o Valor de Mercado de 108.852.703MT, sendo que 83.800.478 MT corresponde ao valor adicional decorrente da reavaliação efectuada, registados líquidos de impostos diferidos na reserva de reavaliação correspondentes a 32% do excedente de reavaliação. O excedente de revalorização é o saldo entre o justo valor do activo e a sua quantia escriturada.

(ii) O reforço do saldo das reservas legais tem como fundamento o preceituado no artigo 444, do código comercial em vigor, que no seu n.º 1, preconiza que *“Do lucro líquido do exercício, antes da constituição das reservas estatutárias, são deduzidos cinco por cento do valor apurado para constituição do fundo de reservas legais, que não excederá vinte por cento do capital social”*.

(iii) Realização de excedente de revalorização é a diferença entre o resultado que se obtém com base no valor revalorizado e o resultado que seria obtido se não tivesse sido efectuada a revalorização. Consubstanciando-se na transferência sistemática para Resultados Transitados, com as depreciações, ao longo da vida útil remanescente do activo, correspondendo à diferença entre a depreciação depois da revalorização e a depreciação antes da revalorização.

2. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

2.1. Introdução

Ao abrigo do disposto no nº 1, do artigo 1, dos Estatutos da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., aprovados pelo Decreto nº 30/2015, de 30 de Dezembro, a Imprensa Nacional de Moçambique E.P., abreviadamente designada por INM, E.P., é uma Empresa Pública criada pelo Estado, constituída por capitais próprios, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O capital social total é de 25.000.000,00 meticais.

Actividade

A empresa tem como objecto:

- (i) A edição do Boletim da República e separatas de legislação;
- (ii) A impressão de trabalhos de natureza confidencial e impressos destinados à escrituração e contabilização de valores, quer de receitas quer de despesas; e
- (iii) O exercício de trabalhos gráficos em regime de exploração industrial, em especial os destinados às instituições de Estado ou outras entidades que os solicitem.

2.2. Bases de preparação e declaração de cumprimento

De modo a observar o disposto no Decreto nº 70/2009 de Dezembro, a **IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.** passou, com efeitos em 1 de Janeiro de 2011, a preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com o SCE – Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial (aprovado pelo decreto nº 70/2009, de 22 Dezembro) Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

As Políticas Contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, e no balanço de abertura do Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial, com referência a 01 de Janeiro de 2010, preparado para efeitos de transição para o SCE.

Assim, as presentes demonstrações financeiras, que se reportam a data de 31 de Dezembro de 2022 foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado

nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorre, da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações Financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na apresentação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

O uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que a Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das Políticas Contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos, assim como princípios fundamentais, interpretadas a partir da estrutura conceptual do PGC-NIRF.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente de outras fontes.

Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.4.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da **IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.** com referência a 31 de Dezembro de 2022, sendo apresentadas em Meticais, arredondadas ao Metical mais próximo.

2.3. Princípios Contabilísticos

2.3.1. Activos tangíveis

Os Activos tangíveis encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens entram em funcionamento, por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados.

As perdas por imparidade detectadas na quantia escriturada do activo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros ganhos e perdas operacionais" da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

Meio Imobilizado	Vida útil esperada	Método de Contabilização
Equipamento de transporte	4 - 5 Anos	Quotas constantes
Mobiliário Social e Administrativo	10 Anos	Quotas constantes
Equipamento Básico	4 - 8 Anos	Quotas constantes
Ferramentas	4 Anos	Quotas constantes

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P. efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Os activos com valor de aquisição e de valor depreciável inferior a 20.000,00MT são reconhecidos na demonstração dos resultados.

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem.

2.3.1. Activos tangíveis (Continuação)

As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção ou desenvolvimento, encontrando-se as mesmas registadas ao custo de aquisição. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que a quantia escriturada dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A entidade procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados do período aquando da sua anulação do reconhecimento.

2.3.2. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que a quantia escriturada excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.3.3. Inventários

As matérias-primas, auxiliares e materiais encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas imputáveis à compra. As saídas de armazém são valorizadas ao custo médio ponderado. Quando o preço do mercado é inferior ao valor de realização, procede-se à redução do valor das existências, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e a quantia escriturada de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

2.3.4. Clientes e dívidas de terceiros

São reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, deduzido de provisão para imparidade de modo a reflectir o seu valor realizável.

2.3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

2.3.6. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas em Gastos e perdas financeiras. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transacção, após o reconhecimento inicial pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a menos que a entidade tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

2.3.7. Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos

directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte de activos elegíveis. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda quando o projecto em causa encontra-se numa fase de suspensão.

2.3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou consultiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.3.9. Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre as receitas tributáveis do ano, utilizando as taxas de impostos estipuladas por lei ou substancialmente estipuladas por lei à data do balanço e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitante a anos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

2.3.10. Especialização de exercícios e rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas

que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços prestados são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

2.3.11. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contractos em causa e não da sua forma.

Os contractos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.3.12. Benefícios dos empregados

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). A empresa não tem obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos empregados quando são devidos

2.3.13. Imparidades de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Outros custos operacionais". A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de

uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.3.14. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.3.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o PGC-NIRF, o Conselho de Administração da entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e pressupostos efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As

estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

2.4.1. Imparidade de contas a receber

A entidade reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a entidade efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A Administração considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

2.4.2. Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

A entidade reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

2.4.3. Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a entidade é parte interessada são constituídas, atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

2.4.4. Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da entidade durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido as diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a entidade se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.5. Activos tangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Edifícios	Equipamento Básico	Mobiliário e Equipamento Administrativo	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Custo						
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	94,224,879	65,928,242	13,995,174	10,482,734	862,995	185,494,024
Adições	-	781,870	2,746,201	-	-	3,528,071
Saldo a 31 Dezembro 2022	94,224,879	66,710,111	16,741,375	10,482,734	862,995	189,022,095
Depreciação						
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	11,971,605	39,602,949	7,072,539	6,593,724	440,975	65,681,791
Depreciação do exercício	5,985,802	6,224,334	1,978,201	2,544,940	169,554	16,902,831
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	17,957,407	45,827,283	9,050,739	9,138,663	610,529	82,584,622
Quantia Escriturada no Início do Período	82,253,274	26,325,293	6,922,635	3,889,011	422,020	119,812,233
Quantia Escriturada no final do Período	76,267,472	20,882,828	7,690,636	1,344,071	252,466	106,437,472

Observações:

- Para as Demonstrações do Fluxo de caixa na componente Actividades de Investimento, o valor de pagamentos respeitantes a aquisição de activos tangíveis no montante de 4.127.843,07MT, corresponde ao valor das adições do período de 3.528.071,00MT adicionados o IVA à taxa de 17%.

2.6. Activos intangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Softwares MZN	Total MZN
Custo		
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	11,937,116	11,937,116
Adições	-	-
Saldo a 31 Dezembro 2022	11,937,116	11,937,116
Amortizações		
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	4,796,466	4,796,466
Amortizações do exercício	2,086,110	2,086,110
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	6,882,576	6,882,576
Quantia Escriturada no Início do Período	7,140,650	7,140,650
Quantia Escriturada no final do Período	5,054,540	5,054,540

2.7. Inventários

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Mercadorias	972,577	267,552
Produtos acabados	7,653,224	2,733,628
Matérias-primas e auxiliares	5,138,102	5,246,089
	13,763,903	8,247,269

2.8. Clientes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Autoridade Tributária de Moçambique-Gabinete de Comunicação e Imagem	1,155,306	-
CIGENI-Comissão Interministerial Grandes Eventos Nacionais Internacionais	68,609	68,609
Conselho Constitucional	359,392	-
Fundo de Estradas	-	393,908
Ministério da Administração Estatal e Função Pública	-	30,802
Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	153,932	95,370
Presidência da República-Sede	565,545	841,691
Tribunal Administrativo	1,585,005	282,326
Rádio Moçambique	1,475,194	1,376,020
Autoridade Nacional e Reguladora de Medicamentos, IP	2,138,436	-
Assembleia da República	318,220	318,220
Gabinete do Primeiro Ministro	216,393	462,630
Instituto de Línguas	-	133,182
Serviço Distrital Saúde, Mulher e Acção Social de Marracuene	166,400	166,400
Autoridade Tributária de Moçambique-Direcção Geral de Serviços Comuns	572,568	267,530
Ministério da Economia e Finanças-Departamento de Aquisições	1,376,726	-
Serviços de Assuntos Sociais da Cidade de Maputo	518,096	518,096
Clientes de cobrança duvidosa	1,058,259	2,509,293
Diversos	3,976,886	470,991
	15,704,966	7,935,067
Imparidades acumulada de saldos a receber (i)	(1,058,259)	(2,509,293)
	14,646,708	5,425,774

O movimento nas imparidades acumuladas durante o período foi o seguinte:

	2022	2021
A 1 de Janeiro	2,509,293	-
Reforço	680,127	2,509,293
Reversão	(2,131,161)	-
A 31 de Dezembro	1,058,259	2,509,293

A imparidade de clientes é calculada com base na antiguidade dos saldos e atendendo à recuperabilidade de cada saldo.

2.8. Clientes (continuação)

O reforço de imparidades acumuladas do período decompõem-se como segue:

Descrição	2022	2021
Conselho Constitucional	-	359,392
Fundo de Estradas	-	1,771,770
CIGENI-Comissão Interministerial Grandes Eventos Nacionais Internacionais	68,609	204,149
Conselho Superior de Magistratura Judicial e Administrativa	-	173,983
Assembleia da República	318,220	-
Ministério da Cultura e Turismo	34,038	-
Serviço Distrital Saúde, Mulher e Acção Social de Marracuene	166,400	-
Serviço Nacional de Investigação Criminal	12,000	-
Governo do Distrito de Sussundega	80,860	-
	680,127	2,509,293

As reversões do período decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Conselho Constitucional	359,392	-
Fundo de Estradas	1,771,770	-
	2,131,161	-

2.9. Outros activos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos aos trabalhadores	321,081	80,674
Devedores diversos	8,404,470	8,919,961
	8,725,551	9,000,634

2.10. Outros activos correntes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	Desdobrar Estado 2022	2021
Adiant. Fornecedores e a outros credores	1,564,051	304,200
Devedor Estado (i)	4,995,314	-
Devedores Diversos	-	1,806,146
	6,559,365	2,110,346

Devedor Estado (i)

Descrição	2022	2021
IRPC a Recuperar - Exercício 2022	2,973,103	-
IRPC a Recuperar - Exercício 2020	3,465,998	-
Imposto a Pagar - Exercício 2022	(1,443,786)	-
	4,995,314	-

(i) – Este montante é proveniente de pagamentos de IRPC-Pagamentos por conta, que são adiantamentos por conta do resultado do exercício e que são deduzidos no final do exercício, aquando do apuramento do resultado e por conseguinte, do imposto IRPC a Final ou a recuperar. Nos exercícios em alusão, dado que os adiantamentos do IRPC-Pagamento por conta foram superiores a estimativa de imposto, deu lugar ao IRPC a Recuperar.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Caixa		
Fundo de Maneio - Sede	22,476	10,637
Caixa de Receitas - Loja	13,690	3,340
Fundo de Maneio - Sofála	9,530	5,430
Fundo de Maneio - Zambézia	20,109	1,765
Fundo de Maneio - Cabo Delgado	5,896	24,100
	71,701	45,272
Bancos		
Depósitos à ordem		
Absa-Receitas	4,638,647	3,110,222
Absa-Despesas	2,110,673	3,010,564
BIM-Receitas	58,256,116	14,354,710
BCI-Assistência Médica	18,210	6,510
BCI-Receitas	13,819,303	10,179,599
	78,842,948	30,661,605
Depósitos à prazo		
BIM - Conta à Prazo	1,500,000	70,000,000
	80,342,948	100,661,605
	80,414,649	100,706,877

2.12. Capital Social

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
ESTADO	25,000,000	25,000,000
	25,000,000	25,000,000

2.13. Fornecedores

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Mercado Gráfico e Acessórios	425,257	40,360
Officemart, Lda	123,567	-
Printers Market	406,282	666,736
Diversos	532,433	38,500
	1,487,539	745,596

2.14. Outros passivos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos de clientes conta corrente (i)	7,104,812	-
Adiantamentos de clientes diversos (ii)	39,396,186	40,459,875
	46,500,998	40,459,875

(i) Refere-se a adiantamentos de clientes com conta corrente com a INMEP, devidamente identificados e que, após efectuarem a transferência para as contas bancárias da empresa, estes apresentam o comprovativo.

(ii) Estes adiantamentos são referentes a valores transferidos e ou depositados nas contas bancárias da Imprensa Nacional de Moçambique E.P., por clientes não identificados, que a posterior se fazem à entidade para solicitar que lhes sejam fornecidos os bens ou se lhes preste os serviços, mediante apresentação do comprovativo de transferência e ou de depósito.

2.15. Outros passivos correntes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Credor Estado	3,421,140	1,339,006
Outros credores (i)	8,408,642	26,302,660
	11,829,782	27,641,666

(i) Este montante é composto pelas seguintes rubricas: Adiantamentos de clientes, descontos por canalizar ao sindicato, dívidas referentes a fornecimentos e serviços de terceiros – Electricidade de Moçambique, TMCEL SA, acréscimos e diferimentos, e dívidas aos trabalhadores referentes a reembolsos de assistência médica.

2.16. Vendas de bens

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Mercadorias	1,243,420	2,296,829
Produtos acabados e intermédios	38,332,989	29,537,566
	39,576,409	31,834,395

2.17. Prestação de Serviços

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Publicidade e outros serviços	129,363,258	155,818,108
	129,363,258	155,818,108

2.18. Custo de inventário vendidos ou consumidos

Descrição	2022	2021
Existências iniciais	8,247,269	10,733,230
Compras	18,313,361	17,209,089
	26,560,631	27,942,319
Existências finais	13,763,903	8,247,269
Custos de inventários (i)	12,796,728	19,695,050
	26,560,631	27,942,319

- (i) O Custo de Inventários é somente composto de custo de matérias-primas, auxiliares e de mercadorias, respectivamente. Este procedimento, deve-se ao facto de até ao fecho do exercício económico de 2022, a Imprensa Nacional de Moçambique EP., não dispunha de Contabilidade de Custos que permitiria que o Custo de Inventários fosse composto pelas matérias-primas, auxiliares e materiais consumidos, custos de mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

2.19. Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	10,842,493	11,528,667
Remunerações dos trabalhadores	87,980,033	83,836,244
Encargos sobre remunerações	1,192,433	1,251,722
Indemnizações aos trabalhadores	-	1,387,630
Ajudas de custo	1,229,752	600,000
Seguros de Acidentes de trabalho	753,525	704,984
Outros gastos com pessoal	2,544,921	2,813,926
	104,543,157	102,123,173

2.20. Fornecimentos e serviços de terceiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Subcontratos (i)	9,527,006	14,259
Água	285,849	212,863
Electricidade	1,695,132	1,541,356
Combustíveis	312,692	334,815
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	158,526	70,210
Material de manutenção e reparação	8,690,644	16,639,840
Material de escritório	1,453,624	2,231,311
Livros e documentação técnica	586,949	265,299
Artigos para oferta	614,200	241,727
Manutenção e reparação	5,214,653	5,151,783
Transporte de carga	308,521	437,387
Comunicações	952,624	1,015,487
Honorários	593,791	588,717
Publicidade e propaganda	1,890,972	790,627
Deslocações e estadias	1,629,464	616,472
Contenciosos e notariado	3,940	10,171
Rendas e alugueres	831,395	767,442
Seguros	534,272	575,051
Limpeza, higiene e conforto	1,490,649	2,004,355
Vigilância e segurança	973,104	1,033,434
Trabalhos especializados	832,289	728,416
Outros fornecimentos e serviços	748,122	567,412
	39,328,418	35,838,435

2.20. Fornecimentos e serviços de terceiros (continuação)

- (i) O valor de 9.527.006MT de subcontratos, é referente a terceirização de encomendas de clientes aos parceiros da INMEP, para a produção, devido a avarias das máquinas, assim como sua ineficiência devido ao seu estado obsoleto, aliado à necessidade de resposta atempada às solicitações dos clientes. A variação é justificada pelo acréscimo na demanda de bens produzidos na INM EP., conjugada com a sobre carga na capacidade instalada.

2.21. Outros rendimentos e custos operacionais

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Rendimentos		
Outros	2,653,480	2,281,989
	2,653,480	2,281,989
Custos		
Impostos e taxas	(190,715)	(871,323)
Outros gastos operacionais	(2,102,866)	(1,222,589)
	(2,293,580)	(2,093,912)
	359,899	188,077

2.22. Rendimentos e perdas financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Ganhos financeiros		
Juros obtidos	3,843,744	2,485,971
	3,843,744	2,485,971
Custos financeiros		
Serviços bancários	(1,173,309)	(1,049,589)
	(1,173,309)	(1,049,589)
	2,670,435	1,436,381

2.23. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

Descrição	2022	2021
Imposto Corrente	3,296,132	6,626,270
Imposto Diferido	(1,852,346)	(1,852,346)
	1,443,786	4,773,924

O movimento nos impostos diferidos em 2022 e 2021 foi o seguinte:

Descrição	31-Dez-2021	Balança	Demonstração de resultados		31-Dez-2022
			Gasto	Rendimento	
Passivo por imposto diferido					
Excedente de revalorização de activos tangíveis	-	(23,111,461)	-	1,852,346	(21,259,115)
	-	(23,111,461)	-	1,852,346	(21,259,115)

Descrição	31-Dez-2020	Balança	Demonstração de resultados		31-Dez-2021
			Gasto	Rendimento	
Passivo por imposto diferido					
Excedente de revalorização de activos tangíveis	-	(24,963,807)	-	1,852,346	(23,111,461)
	-	(24,963,807)	-	1,852,346	(23,111,461)

A reconciliação entre a taxa de imposto corrente e a taxa efectiva de imposto em referência a 31 de Dezembro de 2022 e 2021 apresenta-se como segue:

2.23. Imposto sobre o Rendimento (continuação)**13 - APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL**

			2022	2021
Resultado do Exercício			(2,236,208.10)	11,127,179.00
Resultado Após Variações Patrimoniais			(2,236,208.10)	11,127,179.00
A Acrescer	Artigo 27 e) do CIRPC	Reintegrações e amortizações de viaturas ligeiras ou mistas não aceites como custos	1,378,272.87	1,412,510.43
	Artigos 28 e 29 do CIRPC	Provisões ou perdas por imparidades para além dos limites legais	282,948.03	2,390,266.89
	Artigo 36 n.º 1c) do CIRPC	Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infracções	1,915,738.03	505,859.30
	Artigo 36 n.º 1e) do CIRPC	50% das ajudas de custos e compensação pela utilização de viatura do trabalhador	614,875.80	300,000.00
	Artigo 36 n.º 4 do CIRPC	50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	66,919.50	11,627.38
	Artigo 36 n.º 1f) do CIRPC	80% das despesas de representação	491,360.00	-
	Artigo 18 n.º 2 do CIRPC	Correções relativas a exercícios anteriores	179,985.59	716,729.91
	Artigo 20 n.º 3 do CIRPC	Impostos Deferidos	1,852,345.80	1,852,345.80
	Artigo 15 a) do Decreto 72/2013	Amortizações não aceites como custos-amortizações resultantes de revalorização de activos	5,754,175.27	2,390,575
			10,300,412.80	20,707,093.45
A Deduzir				-
LUCRO TRIBUTÁVEL			10,300,412.80	20,707,093.45

12 - APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL

2-Lucro Tributável	10,300,412.80	20,707,093.45
3-Prejuízos Fiscais Deduzidos	-	-
4-Benefícios Fiscais	-	-
MATÉRIA COLECTÁVEL (2-3-4)	10,300,412.80	20,707,093.45

10 - CÁLCULO DO IMPOSTO

Artigo 61 n.º 1 do CIRPC	Imposto a taxa normal (32%)	3,296,132.09	6,626,269.90
IRPC LIQUIDADO		3,296,132.09	6,626,269.90
Dupla tributação económica		-	-
Dupla tributação Internacional		-	-
Benefícios Fiscais		-	-
Pagamento Especial Por Conta-Artigo 66 CIRPC		-	-
TOTAL DAS DEDUÇÕES		-	-
COLECTA (302-308) ≥ 0, Se (302-308) < 0 inscreva 0 (ZERO)		3,296,132.09	6,626,269.90
Retenções na fonte-Artigo 67 CIRPC		968,219.17	163,496
Pagamento por conta-Artigo 70 CIRPC		5,301,015.87	1,781,736
Reporte do ano anterior			
IRPC A PAGAR SE (309-310-311-312-313) > 0			4,681,038.22
IRPC ARECUPERAR SE (309-310-311-312-313) < 0		(2,973,102.95)	
TOTAL A PAGAR { (314 ou -315) +316+317+318+319} > 0			4,681,038.22
TOTAL A RECUPERAR (-315+316+317+318+319) < 0		(2,973,102.95)	

2.24. Compromissos e contingências**Garantias prestadas a terceiros**

A 31 de Dezembro de 2022, não existiam garantias bancárias prestadas a terceiros.

Contingência legal

A 31 de Dezembro de 2022, não existam reclamações e ou acções judiciais de que venham resultar em encargos para a empresa.

2.25. Gestão de riscos, objectivos e políticas

A gestão de risco constitui um processo que a INM, E.P., ciente da sua importância crescente no mundo actual, tem vindo a promover. De facto, não existindo um modelo pré-concebido de utilização universal, cabe à INM, E.P. estruturar o processo de gestão de risco de acordo com a sua própria realidade.

A actividade da INM E.P., está exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado (que inclui riscos cambiais e de taxa de juro), risco de liquidez, risco de crédito, risco nas tecnologias de informação e risco operacionais, o que envolve a análise, aceitação e gestão dos riscos. O objectivo do conselho de administração da INM E.P., é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

Assim sendo, as políticas de gestão de risco da INM E.P., são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através dos sistemas de informação fiáveis e actualizados.

A INM E.P., manteve periodicamente as suas políticas de gestão e risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

1. Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juros e taxas de câmbio. O objectivo da gestão de risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro dos parâmetros que a gestão considere aceitável.

a) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações cambiais

O risco cambial tem a sua origem, para o caso da INM, E.P., nas transacções efetuadas em moeda estrangeira, na compra de bens ou serviços em moeda estrangeira. Podendo ter dois tipos de impacto na organização: uma perda ou um ganho operacional conforme a variação cambial seja desfavorável ou favorável ao preço da operação em resultado da variação cambial ocorrida entre o momento da compra e o momento do seu pagamento.

A INM, E.P. procura reduzir os impactos negativos da volatilidade cambial privilegiando na medida do possível as compra de Bens e Serviços no mercado nacional.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a INM E.P., incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Este risco ocorre, essencialmente, nas suas actividades operacionais e de tesouraria. O Risco de Crédito nas operações está relacionado com Contas a Receber originadas, na sua maioria, por vendas a Crédito a Clientes.

Exposição ao risco de crédito

O valor dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito associada a rúbrica de clientes e outros devedores a 31 de Dezembro era de:

i. Imparidade de clientes e outros devedores

A maturidade de clientes a 31 de Dezembro de 2022 era:

	Valor bruto MT	Imparidade MT	Valor líquido MT
Até 30 dias	6.405.258,38	-	6.405.258,38
De 31 a 60 dias	509.243,02	-	509.243,02
De 61 a 90 dias	2.692.500,58	-	2.692.500,58
De 91 a 121 dias	574.977,30	-	574.977,30
Mais de 121 dias	5.522.986,82	(1.058.258,62)	4.464.728,20
	15.704.966,12	(1.058.258,62)	14.646.707,50

A maturidade de clientes e outros devedores a 31 de Dezembro de 2021 era:

	Valor bruto MT	Imparidade MT	Valor líquido MT
Até 30 dias	1.280.407,00	-	1.280.407,00
De 31 a 60 dias	1.430.493,00	-	1.430.493,00
De 61 a 90 dias	-	-	-
De 91 a 121 dias	2.714.875,00	-	2.714.875,00
Mais de 121 dias	2.509.293,00	(2.509.293,00)	-
	7.935.068,00	(2.509.293,00)	5.425.775,00

I. Imparidade de clientes e outros devedores (continuação)

O movimento na imparidade de clientes relativamente a rubrica de clientes durante o ano foi o seguinte:

	2022	2021
	MT	MT
Saldo a 01 de Janeiro	(2.509.293)	-
Reforço da Imparidade	(680.126,80)	(2.509.293,00)
Reversão da Imparidade	2.131.161,07	-
	<u>(1.058.258,62)</u>	<u>(2.509.293,00)</u>

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de a INM E.P., não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros.

Na gestão do risco de liquidez, INM, E.P. procura garantir que a sua dívida financeira tem maturidades adequadas à perspectiva de evolução do seu negócio e do fluxo de caixa gerado. Desta forma, procura-se assegurar que, dentro de um intervalo de variação aceitável do negócio, a INM, E.P. dispõe de liquidez para honrar os seus compromissos financeiros derivados de necessidades das operações correntes, de investimentos e de remuneração. A gestão das necessidades de liquidez tem por base quer o planeamento estratégico de médio/longo prazo, quer o planeamento operacional para as necessidades de curto prazo.

A exposição máxima ao risco de liquidez associada às rubricas de fornecedores e outros credores e empréstimos a 31 de Dezembro era de:

	2022	2021
	MT	MT
Fornecedores e outros credores	1,487,539.35	745,596.00
	<u>1,487,539.35</u>	<u>745,596.00</u>

c) Risco de Liquidez (continuação)

Os perfis de maturidade dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro foram os seguintes:

	Total	Menos de 3	3 – 12	1–2	2 –5
	MT	meses	Meses	anos	anos
2022		MT	MT	MT	MT
Fornecedores e outros credores	1,487,539.35	1,487,539.35	-	-	-
Total	1,487,539.35	1,487,539.35	-	-	-
	Total	Menos de 3	3 – 12	1–2	2 –5
		meses	Meses	anos	anos
2021		MT	MT	MT	MT
Fornecedores e outros credores	745,596.00	745,596.00	-	-	-
Total	745,596.00	745,596.00	-	-	-

1. Risco nas Tecnologias de Informação

Com a Implementação do Boletim da República Electrónico(E-BR) e com a sofisticação das tecnologias de informação implementadas na INM, E.P. ao longo dos últimos anos, tem permitido ganhos de eficiência, mas também um incremento da dependência das mesmas. O impacto deste risco pode ser visto em dois planos:

- eventos nas infra-estruturas que provoquem ruptura no seu normal funcionamento e consequentemente um prejuízo sério pelo facto de não ser possível assegurar um nível normal e eficiente das operações, afectando clientes, processos de produção e facturação.

Risco nas Tecnologias de Informação (continuação)

- geração e controlo de conteúdos de informação, quer seja pela ausência de informação económica, financeira, contabilística e fiscal mínima necessária para o cumprimento de requisitos legais, monitorização da actividade ou suporte à decisão, quer seja, pela manutenção dos controlos de acesso e divulgação de quem usa a informação.

Os eventos que podem dar origem a este tipo de riscos podem sobretudo derivar de:

- requisitos de sistemas e rede inadequadamente definidos e/ou implementados;
- quebra de segurança física de equipamentos;
- quebra nos serviços prestados por terceiros, havendo a prática, indispensável, de manter competências internas suficientes para não criar dependência funcional de nenhuma entidade externa;
- falha na operação e monitorização das infra-estruturas; e
- falha na gestão de backups.

2. Riscos Operacionais e Patrimoniais

A INM, E.P. entende como riscos operacionais os eventos que potencialmente possam causar perdas e ou desvios relevantes nos objectivos da empresa (estratégicos ou operacionais) originados por erro ou omissão na decisão, por processos inadequados, por erro humano ou de sistema ou ainda derivado de factores exógenos, associados às operações da empresa. A gestão destes riscos passa pela definição clara de linhas de orientação estratégica (Plano Estratégico) e de uma estrutura hierárquica adequada que garanta mecanismos eficazes de controlo e supervisão a todos os níveis da organização, complementada com políticas, procedimentos de controlo interno.

4. Gestão de Capital

O principal objectivo de gestão de capital da INM E.P., é garantir um sólido rácio de capital de dívida a fim de alavancar os seus negócios e maximizar o valor para os seus accionistas.

Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos para gestão de capital durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2022.

2.26. Continuidade das operações

A Administração é de opinião que a empresa possui os recursos e o comprometimento necessários dos Sócios (Estado) para estar operando num futuro previsível, não tendo a intenção de liquidar a empresa ou reduzir significativamente o volume das suas operações.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no princípio de continuidade das operações, portanto, não incluem ajustamentos referentes à recuperabilidade e reclassificação de activos e passivos que seriam necessários caso a empresa não pudesse operar num futuro previsível.

2.27. Acontecimentos após a data de Balanço

Após a data do balanço e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram outros eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

2.28. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras serão aprovadas pelo Conselho de Administração em ___ de _____ de 2023, sendo opinião deste órgão que as mesmas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da INM, E.P. bem como os fluxos de caixa e a posição e o desempenho financeiro.

Técnico de Contas

Administração

III. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

3.1. Declaração do Técnico de Contas

3.2. Relatórios de Auditoria



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.com.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para os Accionistas da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. (“a entidade”) constantes das páginas 30 a 62, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das variações no Capital Próprio e a Demonstração de fluxos de caixa, do ano findo naquela data, bem como, as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito das situações descritas na secção Bases para opinião com reservas do nosso relatório, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira da Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. em 31 de Dezembro de 2022, bem como o seu desempenho financeiro naquela data, em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para Opinião com Reservas

Inventários

A empresa não dispõe de um sistema contabilístico que permita que os custos operacionais directos e indirectos, tais como mão de obra directa e custos gerais de fabrico, sejam capitalizados no custo dos produtos acabados e da mercadorias no inventário. Estes custos foram contabilizados como gastos à medida que foram incorridos e não capitalizados em produtos acabados e mercadorias no inventário, o que não está em conformidade com os requisitos de mensuração da NCRF 9 e resulta numa subvalorização destes montantes tanto no exercício corrente como no anterior. Adicionalmente, o custo das vendas para os produtos vendidos está também subvalorizado pelos saldos iniciais em inventário e pelos gastos operacionais não reflectidos no custo das vendas. Não nos é possível quantificar os montantes dos ajustamentos que têm de ser capitalizados nos produtos acabados e nas mercadorias em inventário e reclassificados das despesas operacionais para o custo das vendas, tanto para o exercício corrente como para o anterior.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras do nosso relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com o Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo as Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA) juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfase da matéria - Outras passivos financeiros

Chamamos a atenção para a Nota 2.14 das demonstrações financeiras que indica que um montante de 39 396 186 Meticais, relacionado com montantes transferidos e/ou depositados por empresas e/ou indivíduos não identificados nas contas bancárias da entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a essa matéria.

Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade da Administração e o relatório de gestão. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo o Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade da Entidade se manter em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que o Conselho de Administração pretenda dissolver a Entidade e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implantamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.



- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pelos Administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos Administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Guaiaguaia, nº 04/CA/OCAM/2012

Sócio

_____ de Julho de 2023

3.3. Parecer do Conselho Fiscal

3.4. Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal

Modelo 20 (M/20)

Modelo 20A 1 (M/20A 1)

Modelo 22 (M/22)

IV. ANEXOS

4.1 Balancetes

4.1.1 Balancete Inicial em Janeiro de 2022

4.1.2 Balancete Acumulado em Dezembro de 2022

4.1.3 Balancete Acumulado em Regularizações 2022

4.1.4 Balancete Acumulado em Apuramento 2022

4.1.5 Balancete Acumulado em Final 2022

4.1.6 Mapa de Amortizações e reintegrações